construção do futuro

Informativo da Comissão Senado do Futuro • nº 2, 29 de maio a 9 de junho de 2017

Foto: Ana Volpe/Agência Senado

O futuro da democracia em debate

A Comissão Senado do Futuro (CSF) promoveu audiência pública na quinta-feira (25/5) para debater mecanismos para aperfeiçoar os mecanismos constitucionais e legais para que exista maior participação popular na política e nas instituições. Os convidados se referiram a esse processo como "democratização da democracia", e afirmaram que esse processo é fundamental para reforçar a cidadania e promover a justiça social.

Esta foi a primeira de uma série de Audiências Públicas que estão sendo organizadas para debater o tema. O presidente da Comissão, senador Hélio José (PMDB-DF), deseja realizar nos próximos meses várias outros debates convidando lideranças partidárias, intelectuais, pesquisadores, dirigentes estudantis, e também parlamentares que têm se preocupado com a temática da reforma política e eleitoral.

Ao iniciar os debates, o senador Hélio José afirmou que as instituições políticas do país estão "sob desconfiança popular", e que esse é um desafio a ser superado a partir do fortalecimento da participação do povo, fortalecimento dos partidos e melhoria do sistema eleitoral.

O primeiro convidado a se pronunciar, Dr. Aurino Giacomelli, conselheiro federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e vice-presidente da Comissão Nacional de Defesa da República e da Democracia, disse que é necessário um "pacto nacional" em favor da coletividade. Para ele, o país vive um momento de crise "*sui generis*", mas que oferece a oportunidade de uma "depuração política", uma vez que as pessoas estão mais atentas aos acontecimentos e mais dispostas a oferecer a sua voz do que o normal.

— O pacto democrático se consolida na renúncia de "um" pela ascensão do "todos". Contribuímos com a nossa decisão política por meio do nosso voto. A vocação da democracia é o bem comum — afirmou.

Giacomelli trouxe uma pauta de reforma política

discutida no Conselho Federal da OAB, que traz pontos como o fim das coligações nas eleições legislativas, o fim da reeleição nos cargos do Executivo, a cláusula de barreira para conter a "promiscuidade" partidária e o voto distrital misto. Ele também disse que a ordem valoriza iniciativas de inclusão das mulheres na política e prioriza o fim da influência do poder econômico nas eleições.

Foto: Ana Volpe/Agência Senado

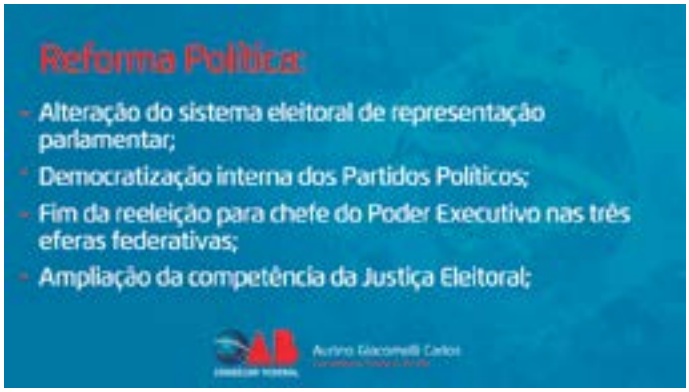
Dr. Aurino Bernardo Giacomelli Carlos firmou que o Brasil vive hoje uma de suas mais graves crises ética, moral, política e institucional

Ao mesmo tempo apresentou a preocupação por uma reforma política abrangente, que não somente faça alterações pontuais, e manifestou a necessidade de que se organize um processo de educação ou reeducação cívica, cidadã, que avalie os conceitos puros e os traduza ao cotidiano das pessoas.

Em entrevista a Revista Época, publicada em 26/5/2017 o Presidente da OAB, **Dr. Carlos Lamachia** (foto) ao ser perguntado:

"Este Congresso pode fazer a reforma política?"

"– Bom, o Congresso Nacional tem legitimidade constitucional e das urnas. Temos deputados e senadores eleitos pelo voto. Temos de questionar onde erramos enquanto cidadãos, porque os políticos que aí estão hoje foram eleitos por nós. Voto não tem preço, tem consequência. A consequência de uma escolha malfeita é exatamente essa crise ética e moral sem precedentes que vemos hoje no Brasil. Eduardo Cunha, Paulo Maluf, essas pessoas não aterrissaram na Câmara do nada: foram eleitas pela sociedade e espero que, diante de tudo que estamos passando, as pessoas possam ter condição de refletir quanto é importante o voto para o desenvolvimento de uma nação."



Desigualdades sociais

O professor Dr. Pedro Gontijo, membro da Comissão Brasileira Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e professor de filosofia da Universidade de Brasília (UnB), afirmou que abordar a desigualdade em níveis mais basilares da sociedade é mais importante do que tratar de regulações do sistema eleitoral. Para ele, a participação democrática verdadeira é impossível sem correções econômicas e sociais.

— O sistema eleitoral é apenas a ponta do processo democrático. O voto é um elo fundamental, mas é frágil se não é acompanhado de uma série de outras medidas. Se a população não tem condições de participar do processo eleitoral em condições de igualdade, isso é apenas uma democracia de fachada — reforçou o professor Gontijo, apoiado nas decisões e reflexões das Assembleias da CNBB.

Por isso, comentou, a preocupação da CNBB tem sido promover um chamamento ético, dando sentido à política como uma ação em busca do bem comum; a ética como a dimensão humana da existência. Já em 1977, em plena ditadura militar, a Conferência Episcopal brasileira apresentou à sociedade brasileira um chamado, aprovado em sua Assembleia anual, publicado sob o título de **Exigências cristãs de uma ordem política**, onde afirmava que "Ao Estado, como instituição fundada na própria natureza social dos homens, compete a realização de um bem comum que, eles isoladamente, não poderiam alcançar e que constitui, portanto, a própria razão de ser do Estado", e concluia que "Estimular a participação consciente e responsável no processo político, social, cultural e econômico é um dever primordial do Estado. Tal participação constitui um dos elementos essenciais do bem comum e uma das formas fundamentais da aspiração nacional. A educação do povo é um pressuposto necessário para sua participação ativa e consciente na ordem política. Por sua missão divina, cabe à Igreja o direito e o dever de colaborar nesta tarefa."

Em 1989, em outro texto, também aprovado na Assembleia anual dos bispos, intitulado **Exigências**

Foto: Ana Volpe/Agência Senado

"Se a população não tem condições de participar do processo eleitoral em condições de igualdade, isso é apenas uma democracia de fachada"

Éticas da Ordem Democrática, congratulando-se com a aprovação da nova Constituição Fderal, o episcopado afirma que "A nova Ordem Democrática brasileira só se consolidará quando a nação se empenhar decididamente numa transformação profunda, que modifique as relações sociais e garanta a efetiva participação de todos os cidadãos. Formas estáveis de democracia supõem condições para os cidadãos exercerem plenamente seus direitos e responsavelmente seus deveres."

Já naquele momento, os bispos falavam em "obstáculos" à democracia. E enumeravam: as regalias e privilégios de setores da Administração Pública, tentativas de adiar ou minimizar a participação popular, a corrupção, o Judiciário elitizado, as desigualdades sociais.

Mas lembra o professor Pedro Gontijo, os bispos brasileiros não se fixaram nos obstáculos, eles também lembraram e se alegravam com as esperanças. "Existem sinais de esperança, tanto na revalorização de nossa cultura, como no reconhecimento de novos valores emergentes, igualmente necessários para o projeto democrático. O Brasil é um país economicamente viável, socialmente dinâmico e culturalmente rico em valores." Entre os sinais de esperança, destacavam: "o espírito de solidariedade de tantas comunidades de base, grupos e associações de bairro, movimentos de trabalhadores; espírito este que se afirma mesmo lá onde se desagrega a cultura tradicional, resistindo ao individualismo da modernidade"; e "o crescente desejo de participação, em todos os níveis, que leva pessoas e grupos a sair da atitude de passividade e resignação, para assumir atitudes críticas, tomar iniciativas e promover a defesa de seus direitos".

Por isso, lembrou o representante da Comissão Brasileira Justiça e Paz, que a participação social é uma referência importante. Para ele, o conceito de democracia vai se aperfeiçoando e ganhando novas dimensões ao longo da história. Temos a democracia representativa, a democracia participativa e a democracia direta, que hoje se combinam em uma matriz presente na Constituição Federal, que precisa ser respeitada, vivenciada e valorizada.

Observando essa referência, Gontijo criticou a falta de canais para participação popular nas reformas econômicas em andamento no Congresso Nacional, e apontou que diversos dispositivos de integração cidadã aos processos institucionais inscritos na Constituição jamais foram devidamente postos em funcionamento.

Por fim, o representante da CNBB afirmou que as reformas devem ser feitas com a participação do povo, incorporando também valores essenciais presentes nos povos indígenas e comunidades tradicionais, e que sejam também meios de superação do egoísmo, do consumismo e da ordem econômica injusta do sistema econômico capitalista, como bem foi tratado pelo papa Franscisco na encíclica ***Laudato si*** (em português: **Louvado sejas**; subtítulo: "Sobre o Cuidado da Casa Comum").

A audiência também teria a participação de José Antônio Moroni, membro da Coordenação Nacional da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político, mas ele não pôde comparecer devido a um problema de saúde.

Foto: Ana Volpe/Agência Senado

Seu lugar na mesa foi ocupado pelo superintendente do Patrimônio da União no Distrito Federal, Francisco Nilo Gonsalves Júnior, que também é presidente do Partido Ecológico Nacional no Distrito Federal. Ele reforçou a necessidade de os gestores e agentes públicos contribuírem no processo de "democratização da democracia", ajudando a construir bases sólidas para que gerações futuras encontrem portas abertas e acreditem nos valores do sistema democrático. Por isso defendeu as medidas que o governo tem tomado para superar a crise econômica e gerar empregos.

O presidente regional do PEN alertou para a queda dos índices de apoio à democracia entre a população. "Se deixarmos de acreditar na democracia, aí sim enfrentaremos uma verdadeira crise sem solução." Para ele, precisamos motivar ainda mais o povo a participar da vida política e eleger quem defende seus interesses.

O senador Hélio José (PMDB-DF), que preside a Comissão Senado do Futuro, informou que outras Audiências Públicas serão realizadas sobre esse tema e que serão convidados os presidentes de Partidos e de Institutos Partidários, líderes estudantis, intelectuais e também parlamentares do Senado Federal e da Câmara dos Deputados que têm se dedicado ao exame da reforma política.

Na Câmara dos Deputados foi criada uma Comissão Especial para a Reforma Política, que tem por relator o deputado federal Vicente Cândido (PT-SP), que oportunamente também estará participando dos debates. Recentemente ele divulgou as propostas que estão em seu relatório.

Entre os principais pontos do texto está o sistema de lista fechada nas eleições legislativas de 2018 e 2022. A partir de 2026, valeria o sistema distrital misto, em que a metade das vagas é preenchida por lista fechada e, a outra, pelo voto direto nos candidatos distribuídos em distritos.

Na proposta não foi incluído o fim do voto obrigatório e a tipificação específica do crime de caixa dois. "Já existe previsão deste ponto no texto das dez medidas. Vamos deixar o Senado analisar e votar essa questão", frisou. A revista Carta Capital publicou no início do mês uma matéria com as principais propostas do relator, vejamos algumas:

Vices
As atuais funções de vice-presidente da República, vice-governador e vice-prefeito não passariam mais a existir.

Datas das eleições
Atualmente, o país realiza eleições a cada dois anos, uma delas para escolher presidente, governador, senadores, deputados federais e estaduais. No outro pleito, são escolhidos os prefeitos e vereadores. Segundo a proposta, um calendário seria implementado para que, em 2038, seja realizada uma eleição para todos os cargos eletivos: no primeiro domingo de outubro, haveria o pleito para o Poder Legislativo e, no último, para o Executivo. E, no último domingo de novembro, o segundo turno, se houver.

Reeleição e duração do mandato
Atualmente, presidente, governadores e prefeitos têm mandato de quatro anos e podem ser reeleitos. Com a nova proposta, após a fase de transição, os mandatos passariam a ser de cinco anos. Já a reeleição ficaria proibida para os cargos de presidente, governador e prefeito. Os deputados estaduais e federais continuariam a ter mandato de quatro anos e, os senadores, de oito.

Foto: Ana Volpe/Agência Senado

Senador Hélio José anunciou novos debates com lideranças partidárias e estudantis

Sistema eleitoral
Hoje em dia, de acordo com a quantidade de votos dados a um partido ou candidato a vereador, deputados federal e estadual, faz-se o cálculo do chamado coeficiente eleitoral. Com ele, se estipula as vagas a que cada partido (ou coligação) tem direito. Os candidatos do partido ou da coligação com mais votos ficam com as vagas.

Segundo a proposta, o sistema de lista fechada seria implantado nas eleições legislativas de 2018 e 2022, e a cada três candidatos às câmaras, uma deverá ser mulher. O sistema distrital misto começaria a valer a partir de 2026. Nele, a metade das vagas é preenchida por lista fechada, onde o eleitor vota em uma relação de nomes previamente escolhidos pelos partidos. E a outra parte seria escolhida pelo voto direto nos candidatos distribuídos em distritos a serem definidos.

Financiamento de campanha
Atualmente, empresas não podem mais doar para campanhas de candidatos ou partidos, que estão autorizados a receber doações de pessoas físicas (até o limite de 10% dos seus rendimentos) ou do Fundo Partidário. A proposta do relator prevê a adoção de um sistema de financiamento para campanhas de deputados em que 70% dos recursos sejam públicos e 30% venham de contribuições de eleitores, no limite de um salário mínimo e com proibição de autofinanciamento.

Coligações partidárias
Partidos têm a liberdade de se fechar em coligações para disputar os pleitos, mas não precisam mantê-las durante o mandato. Assim, a coligação soma os recursos do fundo partidário destinados para cada partido e, ainda, o tempo de propaganda gratuita na televisão e rádio.

Expediente

Comissão Senado do Futuro- CSF
Presidente: Senador Hélio José
Vice-Presidente: Senador Wellington Fagundes
Secretário: Raymundo Franco Diniz

Endereço da Secretaria da CSF: Senado Federal,
Anexo II, Ala Alexandre Costa, Sala 15 – B (subsolo)
Telefone: 61 3303-4440 e 2024
E-mail: csf@senado.leg.br
Edição: Ivônio Barros Nunes